

## TRANSTORNOS MENTAIS E A ATIVIDADE DO POLICIAL PENAL MENTAL DISORDERS AND THE ACTIVITY OF THE CRIMINAL POLICE

André Ferreira Noda<sup>1</sup>  
Cândida da Rosa Schepp<sup>2</sup>  
Dionatan dos Santos Duarte<sup>3</sup>  
Leandro Carvalho da Silveira<sup>4</sup>  
Manoela Maciel Saraiva<sup>5</sup>  
Maria José Lopes<sup>6</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como propósito uma análise crítica, visando compreender os riscos que os profissionais de que atuam na área da segurança prisional estão expostos, bem como relacionar os principais achados de transtornos mentais com os possíveis fatores que contribuem para o desenvolvimento e agravamento das doenças. Observou-se que os transtornos mentais mais relevantes que atingem o policial foram: depressão, transtornos de ansiedade e síndrome de burnout. Entre os fatores relacionados, podemos destacar as longas jornadas de trabalho e a pressão sofrida por esses agentes pelas instituições de segurança e sociedade. Por fim, conclui-se sobre a importância de estratégias para a inclusão do debate relacionado à saúde mental, tão logo que os agentes iniciem na carreira policial, promovendo acompanhamento psicológico de prevenção e tratamento dos transtornos mentais aos quais o policial penal está exposto.

1163

**Palavras-chave:** Saúde Mental. Trabalho. Segurança Pública.

**ABSTRACT:** The objective of this study is a critical analysis, aiming to understand the risks to which professionals working in the area of prison security are exposed, as well as to relate the main causes of mental disorders with the possible factors that contribute to the development and worsening of diseases. I have observed that mental disorders are more relevant than the police report: depression, anxiety disorders and burnout syndrome. Among the related factors, we can highlight the long working hours and the pressure suffered by these agents by security institutions and by society. Finally, it concluded on the importance of strategies for the inclusion of the debate related to mental health, so that agents start in the police career, promoting psychological follow-up for the prevention and treatment of mental disorders to which criminal police officers are exposed.

**Keywords:** Mental Health. Work. Public Safety.

<sup>1</sup>Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Graduação em Direito, Universidade Católica de Pelotas.

<sup>3</sup> Graduação em Direito, Universidade Anhanguera Educacional.

<sup>4</sup> Graduação em Fisioterapia, Faculdade Anhanguera do Rio Grande.

<sup>5</sup>Graduada em Direito, Universidade Anhanguera Educacional.

<sup>6</sup> Graduada em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

## 1. INTRODUÇÃO

O agente que atua na área da segurança pública carrega consigo uma grande responsabilidade inerente à sua função de promover a segurança e cuidar do bem-estar da população. Esse é um fardo que potencializa as condições patológicas, tais como a ansiedade, a depressão e até mesmo o abuso de fármacos e outras substâncias que são usadas como refúgios mentais pelos policiais. O agente de segurança pública é constantemente exposto a fatores estressores no seu ambiente de trabalho, somados, ainda, às demandas cotidianas de seu ambiente social e familiar, gera uma sobrecarga, que, se não observada adequadamente, pode trazer transtornos psíquicos ao profissional.

O policial penal necessita de um estado de alerta constante na sua jornada de trabalho, pois está sob sua responsabilidade a sua própria integridade física, de seus colegas e dos apenados que estão sob sua custódia. Desatenção na atividade de segurança pública pode causar riscos à ordem pública e à integridade física da população, por isso, esses profissionais se tornam tão vulneráveis a transtornos relacionados ao estresse, ansiedade, depressão, dependência no uso de drogas, entre outras doenças.

As instituições, imprensa e população muitas vezes esquecem que, por trás da farda, existe um ser humano que, além das demandas profissionais, carrega também demandas pessoais, com suas necessidades familiares, financeiras, emocionais. Esse profissional acaba sendo cobrado por atuações, dentro e fora de sua jornada de trabalho, uma postura em que suas características pessoais não possam estar presentes. É esperado que o policial passe por todos os enfrentamentos de seu trabalho sem que demonstre fraqueza ou qualquer uma de suas emoções. Essa demanda gera uma pressão com a qual, muitas vezes, o policial não consegue administrar de forma psicologicamente saudável.

A área da segurança pública é, portanto, um trabalho de extremo risco quando abordamos a saúde ocupacional. Como vimos anteriormente, os policiais são expostos a condições de risco diariamente, convivendo rotineiramente com fatores que ameaçam sua saúde mental. Desse modo, é preciso que as instituições policiais compreendam que não basta investimento no preparo físico e técnico do profissional, é necessário também que se desenvolva habilidades emocionais. A discussão sobre a saúde mental precisa estar cada vez mais incluída nos cursos de formações policiais, para que se tenha policiais cada vez mais preparados em desempenhar com plenitude suas atividades laborais.

## 2. .DADOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

Dados da última atualização do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), de junho de 2022, apontam um total de 654.704 presos no Brasil, sendo destes, 326.365 estão em regime fechado, dentro dos estabelecimentos prisionais. O déficit total de vagas dentro dos estabelecimentos prisionais chega à 191.799. De acordo com o mesmo relatório, além da falta de vagas em celas para acolher todos os apenados, há também falta de policiais penais para garantir a segurança física e patrimonial das unidade prisionais. No geral, há 8,2 presos para cada policial penal, quando o indicado seria de 1 policial para cada 5 apenados, conforme orienta o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).

No Rio Grande do sul, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), de fevereiro de 2023, aponta um total de 43.581 presos no estado, ultrapassando o número de 27.055 vagas existentes no Sistema Prisional Gaúcho. Em muitas casas prisionais a superlotação ultrapassa os 137,5%, que é o teto máximo indicado pelo CNPCCP. Segundo resolução nº 05 de 25 de novembro de 2016, o indicador de 137,5% deve ser utilizado como linha de corte para controle da superlotação de unidades prisionais, e exige obrigatoriamente um plano de redução dessas superlotações, com metas a serem fixadas e atingidas pelas autoridades competentes.

## 3.O TRABALHO DO POLICIAL PENAL

O termo policial penal foi constituído com a aprovação da Emenda Constitucional nº 104/2019, transformando os agentes penitenciários em policiais penais. A emenda alterou o artigo 21, inciso XIV, o artigo 32, parágrafo 4º e o artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Essa alteração veio a fim de garantir aos antigos agentes penitenciários os mesmos direitos e benefícios dos policiais.

A profissão de policial penal abrange serviços de vigilância, custódia e guarda de presos e é classificada como trabalho realizado com risco de vida. O policial penal é responsável por manter a ordem e a disciplina dentro das unidades prisionais. Apreensões de drogas e celulares, revistas pessoais nos internos, familiares e visitantes, revista em veículos que adentram as unidades prisionais, controle de rebeliões e ronda externa na área do perímetro de segurança ao redor da unidade prisional também fazem parte da função do policial penal.

Trata-se de um serviço com considerável periculosidade, nível de exigência e sobrecarga, esses fatores associados à superlotação dos estabelecimentos prisionais e ao déficit funcional de policias nos presídios, como observado anteriormente, indicam a necessidade de analisar a saúde mental desses profissionais, e como o desenvolvimento ou agravamento de questões mentais podem repercutir, em última análise, nos serviços prestados pelos policiais.

## 4.SOFRIMENTOS PSÍQUICOS

### 4.1 Depressão

Segundo o DSM-5 (Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais), a depressão é um distúrbio mental desencadeado por alterações químicas que causam desequilíbrio nos neurotransmissores do cérebro. Essa desregulação influencia no humor dos indivíduos. Essa desregulação altera o estado psicológico, emocional e efetivo, gerando angústia, tristeza e perda do prazer da vida de maneira duradoura. O indivíduo tem sua forma de se comportar e reagir ao mundo externo alterada.

Entre os sintomas apresentados nos distúrbios de depressão estão: alteração no sono, sentimento de culpa, angústia, desesperança, desânimo, cansaço, entre outros. De modo geral, os sintomas de depressão geram um importante prejuízo profissional e social na vida dos indivíduos.

O desenvolvimento da depressão pode estar relacionado a diversos fatores, tanto genéticos como fatores externos. Entre esses fatores externos, os relacionados ao ambiente de trabalho estão comumente presentes (Akiskal, 2000; Associação Psiquiátrica Americana, 2013).

### 4.2 Transtorno de Ansiedade

A ansiedade é uma sensação de nervosismo, desconforto e/ou preocupação. Esses sentimentos são reações normais a estímulos de ameaça ou estresse. O homem utiliza da ansiedade como ferramenta importante para a sobrevivência. A ansiedade auxilia em respostas autônomas em situações que o indivíduo presa lutar ou fugir, por exemplo. No entanto, a ansiedade passa a ser considerada um transtorno quando ocorre em momentos indevidos, sem algum estímulo aparente, com uma frequência fora do habitual e com uma intensidade e duração que acaba interferindo nas atividades rotineiras do indivíduo. As causas dos transtorno de ansiedade não são completamente conhecidas, mas estudos indicam

o envolvimento de alguns fatores como: genética, fatores ambientais, como, por exemplo, ocorrência de situações traumáticas e de estresse, traumas físicos, términos de relacionamentos, a perda de entes queridos e também estresses relacionados ao ambiente profissional (OMS, 2017; Associação Psiquiátrica Americana, 2013).

#### **4.3 Síndrome de Burnout**

Também conhecida como a Síndrome do Esgotamento Profissional, é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema e esgotamento físicos ocasionados por situações desgastantes de trabalho. É uma síndrome comum entre os profissionais que atuam em ambientes sob pressão e com rotineira exposição a riscos. Os sintomas envolvem nervosismo, sofrimentos psíquicos e sofrimentos físicos, como dor de barriga, cansaço excessivo e tonturas. Esses sintomas comumente surgem de forma leve, e vão piorando conforme a exposição do indivíduo às situações estressantes. (OMS, 2017; Associação Psiquiátrica Americana, 2013).

#### **4.4 Estresse Ocupacional**

Tensões emocionais, sintomas físicos e diminuição no desempenho no trabalho são alguns dos efeitos indesejados que o estresse ocupacional gera nos indivíduos que estão a essa situação patológica. O termo Estresse Ocupacional designa estímulos que são gerados relacionados ao trabalho. Indivíduos expostos a ambientes insalubres, jornadas de trabalho elevadas, exposição a riscos potenciais à saúde, sobrecarga de trabalho, entre outros fatores, estão sujeitos ao desenvolvimento de estresse ocupacional.

Esse estresse pode estar relacionado ao desencadeamento de outros sofrimentos psíquicos, principalmente os citados anteriormente, como a depressão, ansiedade e a síndrome de burnout. (Associação Psiquiátrica Americana, 2013).

### **5. RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E SOFRIMENTO PSÍQUICO**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a principal causa de incapacidade da atualidade é a depressão. No mundo todo, cerca de 300 milhões de indivíduos convivem com esta patologia. Estima-se que 11,5 milhões de brasileiros estão com algum tipo de sofrimento psíquico. Em relação a outros países do mundo, o Brasil se encontra em posição de destaque, estando em segundo lugar no índice de depressão. Já quando falamos de transtornos de ansiedade, os brasileiros estão no topo do ranking. No total são 18,5 milhões de pessoas no país que sofrem de algum tipo de ansiedade.

Segundo estudos observados, o ambiente, a duração das jornadas e as cobranças exageradas são alguns dos fatores que influenciam no desenvolvimento ou agravamento de doenças psicológicas dos trabalhadores. As condições em que os trabalhadores estão inseridos no trabalho estão diretamente ligadas aos níveis de estresse e ansiedade, podendo levar até mesmo ao esgotamento psíquico, como na síndrome de Burnout (PASCHOAL & TAMAYO, 2004).

A competitividade vem se tornando cada vez mais presente no mundo do trabalho. Os trabalhadores são cobrados por mais desempenho, qualificação, entrega, flexibilidade, entre outras demandas exigidas pelo mercado. Muito dessa demanda tem como alicerce um contexto de instabilidade e redução das garantias trabalhistas, conseqüentemente, causando uma sobrecarga não só física, como mental.

O adoecimento do trabalhador gera um transtorno não só social, mas também econômico. Implica diretamente na diminuição da capacidade laboral dos indivíduos, além da relevância em que esses adoecimentos têm sob as questões previdenciárias. Muitos dos trabalhadores afastados de suas atividades laborais, que recebem auxílios previdenciários, são motivados por alterações psíquicas, como ansiedade, depressão e síndrome de Burnout (SIANO ET AL., 2011).

## 6. O POLICIAL PENAL E OS TRANSTORNOS MENTAIS

Segundo Dejours (2005), o trabalho policial possui uma característica que se destaca quando relacionamos ao adoecimento psíquico, que é o fato de o policial dificilmente ver os resultados do seu trabalho. Ou a finalização do seu trabalho acontece em outras instâncias do sistema, longe de seus olhos, ou o mesmo trabalho precisar ser realizado tantas vezes da mesma forma que gera a impressão de não ter fim, de nunca conseguir concluir.

Além de não conseguir finalizar ou ao menos acompanhar a finalização de seu trabalho, o policial trabalha com limitações humanas e estruturais. O agente de segurança pública é testado o tempo inteiro durante sua jornada de trabalho, seja a sua dignidade, honestidade, ganância, etc. O policial vive em uma eterna contradição entre o que é certo e o que é errado, gerando muitos conflitos mentais.

Outro conflito vivido pelo policial é a cobrança exigida em cima de seu trabalho, seja pela instituição onde trabalha, seja pela sociedade que espera do policial a resolução dos problemas criminais de certa localidade. Essa expectativa de alto rendimento em cima do

policial dificilmente vem acompanhada de uma valorização à altura, seja financeiramente ou apenas em valorizar e reconhecer o indivíduo que ali está prestando o serviço.

Estudos realizados no Brasil mostraram que o risco em que são expostos e o tempo de serviço estão entre os principais fatores para o desencadeamento de variados níveis de estresse, depressão e ansiedade observado em policiais penais. Em um estudo realizado em Rio grande do Norte foi observado que 23% dos agentes de segurança prisional têm algum transtorno psíquico, sendo novamente relacionado com o tempo de serviço (RUMIN, 2006; BONEZ, DAL MORO & SEHNEM, 2013; DAMAS & OLIVEIRA, 2013; LIMA & DIMENSTEIN, 2019).

Entre os riscos apontados nos estudos citados anteriormente, Rumin (2006) nos mostra que, além da violência física em que os agentes estão expostos, as doenças como HIV, hepatites B e C e tuberculose também estão presentes como risco na rotina de trabalho dos policiais. O mesmo estudo relatou que a degradação da saúde mental dos policiais pode estar relacionada também com o temor pela segurança de seus familiares, a rotina de trabalho monótona, o enclausuramento e a visão negativa que pessoas da sociedade ainda possuem sobre o trabalho do policial penal.

O trabalho do policial penal é extremamente delicado e complexo, pois ele acontece com indivíduos que possuem valores morais e éticos próprios, muito distintos dos praticados na sociedade de forma geral. Esse policial faz o intermédio entre o interior das prisões e o mundo externo, dessa forma, tendo que lidar com duas realidades totalmente distintas. Tudo isso, sob forte pressão da mídia e da sociedade que, muitas vezes, culpa os policiais pela situação degradante e desumana dos presídios, não observando que o agente de segurança vive diariamente nesse mesmo ambiente (DAMAS & OLIVEIRA, 2013).

A angústia de jamais fazer o suficiente, de nunca conseguir alcançar as expectativas criadas em cima dos policiais penais, somada à falta de valorização do trabalho realizado dentro dos estabelecimentos prisionais, geram um esgotamento profissional constantemente observado nos policiais (LIMA & DIMENSTEIN, 2019).

O adoecimento mental é tão comum na vida dos policiais que muitas vezes as mudanças de comportamentos ocasionadas pelos sinais e sintomas das doenças mentais são comumente confundidas por seus colegas de trabalho com aspectos da personalidade dos policiais. Essa não percepção desses sintomas é um grande risco para os policiais, pois o policial pode estar doente e seus colegas não conseguem reconhecer quando um agente está

desenvolvendo ou passando por um transtorno mental. Segundo um estudo realizado pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, as características mais comuns que passam despercebidas são: ansiedade, inquietação, rigidez, alterações no sono, desesperança, isolamento social e pessimismo.

## 7. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS

É de extrema relevância o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento desses transtornos mentais. O trabalho do policial penal é uma das profissões mais expostas a estresses ocupacionais e traumáticos. Mendes (2013), abordou em seu estudo a importância da contratação de psicólogos para a atuação junto desses policiais, para o desenvolvimento de grupos de atendimento individuais e coletivos para esses profissionais, inclusive com a inserção dos familiares nos atendimentos. Foi observado nesse mesmo estudo que os familiares são inevitavelmente atingidos pelo trabalho policial, corroborando com a importância do acompanhamento ser estendido às famílias (MINAYO, 2013).

Couto et al (2012) levantou também um importante ponto sobre a assistência psicológica junto aos policiais. Em seu estudo, o autor apontou a importância da adoção de medidas para lidar com o estresse desde o início da carreira do policial, principalmente no âmbito da autopercepção de níveis e sintomas de estresse. Essas medidas preventivas auxiliarão preventivamente no enfrentamento de situações futuras de estresse.

No cotidiano do policial penal, a morte é um risco diário que o profissional fica exposto, saber encará-la mobiliza nesses profissionais medos e reflexões profundas sobre sua vida, de seus familiares e até mesmo de seus colegas, sendo assim, é crucial a oportunização de espaços de escuta e conversa para auxiliar o policial a lidar com esses medos e pensamentos. Os riscos aos quais os profissionais estão expostos não deixarão de existir, então, utilizar ações preventivas é de extrema importância para minimizar as consequências psicológicas possíveis (PELEGRINI; CALAIS; SALGADO, 2012; SILVA & SILVA, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como objetivo uma reflexão acerca dos riscos que os profissionais que atuam na área da segurança prisional estão expostos, enfatizando o desenvolvimento e agravamento dos transtornos psíquicos nesses agentes. Essa reflexão se

deu a partir de achados em estudos realizados nas mais diversas realidades dos estados brasileiros.

Desse modo, pode-se observar que os policiais penais, da mesma forma que as outras categorias que atuam com segurança pública, estão sob alto risco de adoecimento psíquico, em razão das pressões e exigências na qual esses profissionais são submetidos cotidianamente, incluindo o risco de sofrer lesões ou até mesmo perder a vida.

Concomitante a isso, esses agentes estão, muitas vezes, expostos a ambientes insalubres, jornadas de trabalho longas, com poucas oportunidades de relaxamento, estando, assim, sujeito a longas jornadas em estado de alerta. Muitos profissionais, devido ao alto risco de suas atividades, carregam esse estado de prontidão até mesmo para seus momentos de lazer e folgas, pois não se sentem seguros em momento algum de suas vidas.

Posto isso, quando não damos a devida atenção à saúde mental desses profissionais, o que observamos são altos níveis de estresse e transtornos mentais, gerando, conseqüentemente, um grande número de afastamentos devido a diagnósticos de depressão, transtornos de ansiedade, síndrome de Burnout, entre outros. Esses sofrimentos psíquicos afetam não só os profissionais, mas também seus familiares e círculos sociais.

O policial penal necessita portar sua arma de fogo durante suas atividades profissionais e, acaba que, muitas vezes, essa necessidade ultrapassa para seu dia a dia, fora do ambiente de trabalho, gerando para esse agente uma carga mental que ele precisa carregar até mesmo em seus momentos de lazer. Quando psicologicamente desequilibrados, esse porte de arma, dentro ou fora do ambiente de trabalho, pode gerar riscos a si próprio ou às pessoas à sua volta.

Na literatura abordada, foi possível associar diversos achados de sofrimentos psicológicos com a atuação na segurança pública, sendo os mais comuns: transtorno de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e síndrome de Burnout. Esses achados puderam ser associados principalmente às longas jornadas de trabalho e cobranças, não só das instituições como também da população e imprensa.

Os estudos mostraram também a importância de estratégias para evitar ou minimizar esse adoecimento mental, como a abordagem da saúde mental nos cursos de formação e a disponibilidade aos profissionais e seus familiares de acompanhamento psicológico contínuo e preventivo, não somente nos momentos em que essas doenças já estão instaladas, causando prejuízos profissionais e sociais aos agentes. O desenvolvimento de habilidades sociais e da

autopercepção de sua saúde mental também foram pautados como estratégias importantes para a manutenção da plena saúde mental dos profissionais.

Resta a evidente necessidade das instituições de segurança pública buscarem ampliar e incentivar os serviços de apoio psicológico aos seus profissionais, trabalhar questões culturais de preconceito ao acompanhamento psicológico, adotar estratégias preventivas e educativas a respeito da saúde mental, de seus policiais e familiares.

É preciso ser trabalhado também o aspecto cultural que naturaliza o estresse e adoecimento mental, que culturalmente associa sintomas de sofrimento psíquico com aspectos da personalidade dos indivíduos, causando dificuldade na percepção desses sinais em si mesmo ou nos colegas em sua volta. Nesse sentido, é necessário trabalhar a sensibilização do tema com os profissionais e seus gestores dessas instituições de segurança pública, incluindo na rotina de trabalho atividades que exaltem o cuidado com a saúde mental, estratégias que busquem atividades de desenvolvimento em habilidades sociais, na comunicação e nas relações interpessoais.

A morte é outro tema importantíssimo que precisa ter um foco especial nesse trabalho preventivo, saber conversar sobre a morte e sobre os sentimentos que ela gera nos indivíduos é de extrema importância, pois sabemos que o tema é um potencial gerador de estresse e sobrecarga psíquica.

Dessa forma, concluímos que o apoio psicológico preventivo pode tornar-se um importante aliado na prevenção e minimização das agressões mentais que os policiais penais estão expostos diariamente em suas atividades profissionais, buscando uma melhor qualidade de vida desses agentes, a qual, conseqüentemente, contribui para uma melhor prestação de serviço para a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 (5ª ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.

Bonez A, Dal Moro E, Sehnem SB. Saúde Mental de Agentes Penitenciários de um Presídio Catarinense. *Psicologia Argumento*. [online]. 2013, vol.31, n.74, pp.507-17.

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública - Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen): Atualização – Junho 2022. Disponível em: <http://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COUTO, Gilmar; BRITO, Everton Araújo Garro; VASCONCELOS-SILVA, André; LUCCHESI, Roselma. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Rev. Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 185-194, jan./mar. 2012.

DAL MORO, Elisamra; SEHNEM, Scheila. Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 31, n. 74, p. 507-517, jul./set. 2013.

DAMAS, FB; OLIVEIRA, WF. A Saúde Mental nas Prisões de Santa Catarina. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. 2013, vol.5, n.12, pp.1-24.

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. (Orgs.) *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Paulo Roberto Gonçalves; SILVA, Bruna Daniella de Souza. *Profissional de Segurança Pública: do tratamento moral à atenção psicossocial*. TCC (Especialização) – Programa de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiás, 2019.

Lima AIO, Dimenstein M. Transtornos Mentais Comuns entre Trabalhadores do Sistema Prisional. *Psicologia em Pesquisa*. [online]. 2019, vol.13, n.1, pp.53-63.

MENDES, Evaristo de Oliveira. *A saúde psicossocial na segurança pública brasileira*. TCC (Especialização) – Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Condições de vida, saúde e trabalho dos profissionais de segurança pública. *Rev. Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, mar. 2013.

Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. *Uma Análise Crítica Sobre Suicídio Policial*. São Paulo: setembro 2019. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial\\_aprovacao\\_mariano.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial_aprovacao_mariano.pdf). Acesso em: 11 mar. 2023.

Paschoal T, Tamayo, A. Validação da Escala de Estresse no Trabalho. *Estudos de Psicologia*. [online]. 2004, vol.9, n.1, pp.45-52.

PELLEGRINI, Carla Fernanda de Sousa; CALAIS, Sandra Leal; SALGADO, Manoel Henrique. Habilidades sociais e administração de tempo no manejo do estresse. *Arq. Bras. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. 110-129, dez. 2012.

Rio Grande do Sul. Lei nº 9.228, de 1º de fevereiro de 1991. Cria o Quadro Especial de Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Rumin CR. Sofrimento na Vigilância Prisional: O Trabalho e a Atenção em Saúde Mental. *Psicologia Ciência e Profissão*. [online]. 2006, vol.26, n.4, pp.570-81.

SIANO, Adriana Kelmer; RIBEIRO, Luiz Cláudio; SANTIAGO, Aline Evangelista; RIBEIRO, Mário Sérgio. Influência de alterações normativas da Previdência Social sobre o

perfil de concessão de auxílio-doença relativo a transtornos mentais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 4, p. 2189-2198, 2011.

SILVA, Paulo Roberto Gonçalves; SILVA, Bruna Daniella de Souza. *Profissional de Segurança Pública: do tratamento moral à atenção psicossocial*. TCC (Especialização) – Programa de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiás, 2019.

Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Disponível em: [http://intrasusepe.rs.gov.br/conteudo/6509/?Ano\\_2023](http://intrasusepe.rs.gov.br/conteudo/6509/?Ano_2023). Acesso em: 10 mar. 2023.

World Health Organization (WHO). *Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates*. Geneva: World Health Organization, 2017. 24 p.